

# Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 3 Número 1  
Abril / 2005

## Fundos de petróleo: o essencial

O que são, para que servem, quais são, como são geridos

### NESTA EDIÇÃO

Fundos de Petróleo : o essencial	1
Infraestruturas, crescimento e redução da pobreza	3
Contabilidade Nacional	4
Estatísticas monetárias	5
Preços; Balanço da ABP	6
Mercados cambiais e financeiros	7
ABP: introdução dos seguros em Timor	8
Mercado do café	9
O duplo défice EUA e a evolução do USD	10

### Note que...

- ? **Está prevista para breve a constituição de um "Fundo de Petróleo" com o dinheiro que o Estado vai receber em resultado da exploração do Mar de Timor.**
- ? **Os recursos naturais que passam a ser explorados não pertencem apenas à presente geração mas também às futuras gerações,**
- ? Estudos empíricos demonstraram a grande correlação existente entre crescimento e a quantidade e a qualidade das infraestruturas.
- ? **A Contabilidade Nacional (CN) de um país é o modo privilegiado de apresentar as principais grandezas económicas num determinado território nacional**
- ? Os seguros desempenham um papel importante na estabilidade financeira e no financiamento do desenvolvimento dos países.
- ? A boa situação económica verificada em 2004 permitiu a um grupo apreciável de países melhorar as suas contas externas, com aumento do saldo das suas Balanças de Transacções Correntes.

Está prevista para breve a constituição de um "Fundo de Petróleo" com o dinheiro que o Estado vai receber em resultado da exploração do Mar de Timor.

O objectivo deste texto é o de fornecer aos leitores alguma da informação mais importante sobre o *que* é um Fundo de Petróleo e *quais* os *principais objectivos* que costuma prosseguir. Daremos também algumas informações, sempre forçosamente sucintas dado o pouco espaço disponível, sobre alguns dos "Fundos" existentes no mundo e alguns dos princípios que presidem ao seu funcionamento. Pretende-se, com isto, contribuir para o melhor esclarecimento dos leitores sobre este assunto que é tão importante para o nosso país.

Vários países, em que uma parte muito significativa das receitas fiscais ou similares está relacionada com a exploração dos seus recursos naturais, têm optado por tentar "isolar" (parcialmente) o conjunto da economia dos possíveis efeitos negativos de uma tal riqueza, muitas vezes surgida de uma forma mais ou menos súbita e na sequência da descoberta e início de exploração de tais recursos. Estão neste caso países com estruturas económicas e sociais tão variadas como a Noruega ou o Azerbeijão, o Chade ou o Canadá e outros.

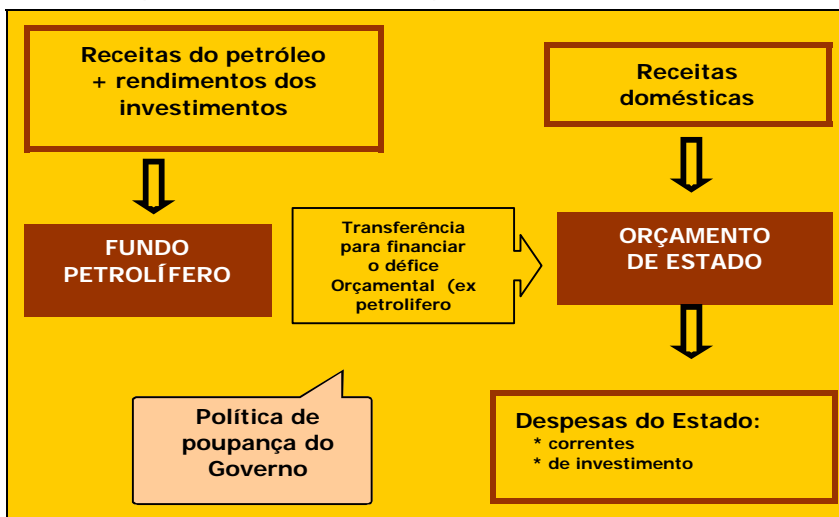
O principal objectivo é evitar que tal riqueza seja gasta subitamente quer pelo sector público quer pelo sector privado, ambos contribuindo para "despejar" na economia nacional uma quantidade de recursos financeiros a que ela não se poderá adaptar rapidamente. Isso acabará por resultar quase só em desperdício de dinheiro por via da má afectação dos recursos (por exemplo e, obras mais caras e de pouco interesse para a comunidade), da corrupção e/ou da inflação que irá "comer" uma parte importante dos recursos obtidos. De facto, quando aumenta o dinheiro disponível e não aumentam paralelamente os bens a transaccionar, o

resultado tende a ser uma subida dos preços, i.e., inflação.

Simultaneamente e porque se entende que os recursos naturais que passam a ser explorados não pertencem apenas à presente geração mas também às futuras gerações, pretende-se guardar para estas uma parte significativa dos recursos financeiros agora disponíveis, gastando hoje apenas o necessário para assegurar um crescimento regular, sustentado e sem desperdício de recursos.

Paralelamente a estes dois objectivos e, de alguma forma, a ele ligados pretende-se também evitar que um excessivo aumento do consumo interno impossível de satisfazer com nova produção nacional resulte em aumento significativo das importações e, por isso, em desequilíbrio importante da balança de pagamentos que, mais cedo ou mais tarde resultará em pressões para a desvalorização da taxa de câmbio da moeda nacional --- o que irá aumentar as pressões para o aumento da inflação.

Note-se que simultaneamente com esta tendência poderá verificar-se uma outra de



sentido contrário: sendo agora o país mais rico e com importantes reservas cambiais, pode haver uma tendência para o aumento da procura da sua moeda nacional com consequente valorização da mesma.

Este aumento da taxa de câmbio tornará mais difíceis as exportações de outros produtos nacionais que não os recursos naturais referidos

Continua na página seguinte

## Os fundos petrolíferos (concl.)

(usualmente o petróleo e/ou o gás natural). Isto fará com que se verifique o encerramento de empresas voltadas para a exportação dos produtos que agora são menos competitivos no mercado internacional e, conseqüentemente, haja uma diminuição da diversificação das exportações nacionais e uma crescente dependência do país em relação aos sectores relacionados com a exploração dos recursos naturais. É a esta seqüência que se chama “*dutch disease*”.

Simultaneamente, pretende-se também evitar as possíveis conseqüências para o país das oscilações, às vezes relativamente grandes, a que estão sujeitas as cotações dos referidos recursos, o que é particularmente verdade no caso do petróleo e do gás natural, os principais produtos a explorar no Mar de Timor e dos quais está muito dependente a futura evolução da economia nacional. No número de Janeiro passado deste Boletim há dados sobre esta instabilidade dos preços do petróleo.

Um dos países que dispõe hoje de um Fundo Petrolífero é a Noruega, cujo modelo de Fundo vai ser seguido de perto por Timor-Leste. Aquele país tem, hoje, condições de desenvolvimento muito diferentes do nosso e os seus problemas em relação ao futuro também são muito diferentes. Por exemplo, enquanto que um dos problemas de Timor-Leste é o enorme volume de jovens em idade escolar ou que, mais tarde ou mais cedo, a atingirão --- cerca de metade da nossa população tem menos de 17 anos ---, naquele país nórdico o principal problema que se coloca num horizonte de cerca de 10-20 anos é o do grande volume de pessoas que, devido à sua idade, vão deixar o mercado de trabalho, passando a receber uma pensão de reforma. Actualmente a população de menos de 15 anos representa 20% do total (menos de metade da do nosso país) e a que tem mais de 65 representa 15%.

No futuro o número de trabalhadores efectivos vai ser proporcionalmente reduzido em relação ao número de reformados, tornando insustentável o sistema de financiamento das pensões apenas com os descontos das empresas e dos trabalhadores no activo. É por isso que para a Noruega o principal objectivo do Fundo que instituiu é o de acumular poupanças que permitam, posteriormente, pagar as referidas pensões de uma população com uma cada vez maior proporção de pensionistas.

As receitas do Fundo norueguês são principalmente as que resultam da actividade petrolífera no país (cobrança de impostos, receitas de *royalties* pagos) e as já significativas receitas financeiras do Fundo. Estas são constituídas pelos juros de depósitos, pelos juros recebidos de títulos de rendimento fixo --- como os Títulos do Tesouro (“*bonds*”) de vários países --- e pelos rendimentos proporcionados pelas acções de empresas detidas pelo Fundo (lucros e mais-valias da compra e venda em bolsa das mesmas).

Na Noruega, tal como em Timor-Leste, os recursos que são poupados no Fundo depois de se financiarem os gastos do Orçamento do Estado só podem ser aplicados no exterior do país. Os recursos a serem utilizados no país são-no através do Orçamento Geral do Estado. O objectivo é duplo: por um lado, assegurar a máxima transparência possível e, por outro, lado, para dar ao povo, através dos seus representantes no Parlamento, os deputados, uma palavra a dizer sobre a aplicação dos recursos. De facto, ao aprovarem o Orçamento anual eles estão simultaneamente a aprovar a forma como parte das receitas do petróleo do país vai ser

utilizada.

Por semelhança de situações, temos, pois, que no caso de Timor-Leste as receitas do Mar de Timor, a depositar em conta própria junto do nosso “Banco Central”, vão ter dois tipos de utilizações possíveis: ou são *gastas HOJE no país* através do financiamento parcial do Orçamento do Estado ou são guardadas HOJE para serem *aplicadas HOJE no estrangeiro e gastas AMANHÃ no país* pelas gerações futuras. No caso destas últimas elas vão ser acumuladas no Fundo Petrolífero a instituir e serão aplicadas no exterior exactamente para que o capital do Fundo e o rendimento obtido sejam guardados para uso posterior e para que o seu eventual gasto hoje não provoque (hoje) inflação e *dutch disease*.

Esta e outras questões remetem para a definição do tipo de despesas a suportar pelos recursos financeiros obtidos com a exploração do petróleo e que passam pelo Orçamento de Estado. Neste domínio encontramos várias soluções em vários países.

No caso da Noruega não há qualquer referência a este tipo de questão --- o que não deixa de ser, em si mesmo, uma opção... Dela resulta que as receitas do petróleo utilizadas para financiamento do Orçamento Geral do Estado podem financiar qualquer tipo de despesas, sejam elas correntes ou de investimento, de carácter social ou económico ou outro. Não há, pois, nenhum tipo de afectação privilegiada das referidas receitas a determinado tipo de despesas em detrimento de outro tipo. É uma solução possível e que foi seguida na elaboração da legislação timorense sobre o assunto. Esta solução de não-afectação a determinado tipo de despesas não é, no entanto, a única alternativa que se pode ver em outros Fundos.

Por exemplo, o Fundo (23 biliões de USD em 2002) existente no Alaska, um dos Estados dos Estados Unidos, prevê que parte das receitas são distribuídas directamente pela população, dando a esta um estatuto que quase se pode comparar com o de sócio de uma sociedade (o Fundo) que distribui parte dos lucros pelos seus accionistas no final do exercício. Relativamente ao ano de 2004 cada cidadão receberá USD 919,84.

Devido às circunstâncias específicas de Timor-Leste --- país em desenvolvimento, com fortes necessidades de acumulação de recursos para o futuro e com uma parte importante da população vivendo quase fora da economia monetarizada ---, não nos parece que esta solução seja aplicável entre nós.

Uma outra experiência é a do Chade, um país do interior da África Central que prevê que as despesas a efectuar e a serem pagas pelas receitas da exploração dos recursos naturais (também o petróleo) devem ser (80%) “de desenvolvimento”, reduzindo a 15% os gastos do Fundo em despesas correntes. 5% serão aplicados na região de Doba, onde se situam as explorações petrolíferas.

### Para saber mais sobre vários Fundos Petrolíferos:

Alaska: [www.apfc.org](http://www.apfc.org)

Azerbaijão: [www.oilfund.az](http://www.oilfund.az)

Chade: [http://www.bicusa.org/bicusa/issues/chadcameroon\\_oil\\_pipeline\\_project/index.php](http://www.bicusa.org/bicusa/issues/chadcameroon_oil_pipeline_project/index.php)

Noruega: [www.odin.dep.no/fin/engelsk](http://www.odin.dep.no/fin/engelsk) - Ministério das Finanças;  
[www.norges-bank.no/english](http://www.norges-bank.no/english) - Banco Central

# Infraestruturas e desenvolvimento

Com o título *INDONÉSIA - Evitando uma Crise das infraestruturas: enquadramento para a definição de uma política e para a acção*, o Banco Mundial publicou em 2004 um documento sobre o papel das infraestruturas no desenvolvimento da vizinha Indonésia. Este documento surgiu num contexto de forte abrandamento dos gastos públicos e privados nesta área (água e saneamento, energia, estradas, telecomunicações), pondo em causa, a curto mas principalmente a médio e longo prazo, o processo de desenvolvimento do país e a luta contra a pobreza. Refira-se, por exemplo, que os gastos do Estado em infraestruturas baixaram 80% desde a crise de 1997-98, sendo de cerca de 1,5 biliões de USD em 2002 contra os quase 8 biliões em 1994.

Devido ao seu interesse e com a devida vénia, traduzimos aqui um pequeno trecho (pgs 21-22) do documento referido, o qual pode ser consultado em

## **Desenvolvendo as infraestruturas para alcançar o crescimento e reduzir a pobreza**

Existe um reconhecimento generalizado de que as infraestruturas desempenham um papel chave no crescimento económico.

Actualmente, porém, o consumo privado é o verdadeiro motor do crescimento da Indonésia, sendo responsável por 91% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2002 e por 83% do do primeiro trimestre de 2003. Ora, um crescimento liderado pelo consumo tem os seus limites e no futuro próximo o impulso para o crescimento deve vir do investimento.

Este, no entanto, tem-se mantido muito baixo durante os últimos três anos [i.e, de 2001 a 2003], tendo o número de novas empresas diminuído e o de encerramento ou de redução de dimensão das existentes aumentado.

Ora, vários estudos concluíram que um dos principais estrangulamentos responsáveis por esta evolução negativa é o que se passa ao nível das infraestruturas. De facto, o *survey* sobre o clima do investimento levado a cabo pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial identificou a falta de infraestruturas como uma barreira crítica à melhoria do clima de investimento. Outro estudo, levado a cabo por *Danareksa Research* mostra que os *leaders* empresariais reconhecem a consolidação macroeconómica conseguida até agora mas um sistema judicial ineficaz e a falta de infraestruturas acabam por não permitir o aumento da confiança e do ambiente de negócios e, conseqüentemente, do crescimento.

Numerosos estudos empíricos demonstraram a grande correlação existente entre crescimento e a quantidade e a qualidade das infraestruturas. No entanto, qual a importância relativa de cada um dos sentidos de causalidade (crescimento -> infraestruturas ou vice-versa) está por esclarecer. No entanto, são por todos reconhecidas as estreitas interligações entre o comportamento do PIB e a disponibilidade de telecomunicações, de energia, de estradas alcatroadas e o acesso a água potável.

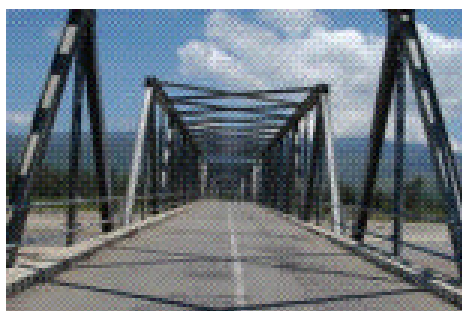
Uma inadequada disponibilidade de infraestruturas tende a afectar mais os pobres do que os menos pobres. O acesso a elas está directamente relacionado com o rendimento e, facto que não surpreende, os pobres são os que têm menor acesso a elas. Menos de 20% dos 20% mais pobres têm acesso a uma fonte de água potável, percentagem que contrasta com os mais de 80% dos 20% mais ricos que a têm. De acordo com o *survey* SUSENAS de 2002, 23% da população rural vive abaixo da linha (nacional) de pobreza enquanto que nas zonas urbanas essa percentagem é de apenas 7%. O pior é que é difícil fornecer estas infraestruturas nas zonas rurais, onde vive a maioria da população.

Cerca de 11 milhões de pessoas que vivem nas zonas mais remotas não têm acesso à rede de estradas. Do mesmo modo, mais de 6 mil aldeias não têm electricidade. A insuficiente cobertura por infraestruturas ou a insuficiente qualidade destas é mais comum nas zonas em que há mais pobres. Isto pode resultar do facto de as áreas mais pobres não serem atractivas para os fornecedores dessas infraestruturas por causa da ideia de que os pobres não têm recursos suficientes para pagar tais serviços. No entanto, em muitos casos os pobres pretendem ter acesso a elas e têm capacidade para as pagar mas são os próprios fornecedores/operadores que não têm recursos suficientes ou o incentivo necessário para alargar as suas redes.

O problema fundamental é um quadro regulamentar que mantém as tarifas a pagar a níveis inferiores ao custo de produção dos serviços, o que dá pouco incentivo aos operadores para melhorarem a qualidade dos seus serviços aumentando a eficiência dois mesmos. A juntar a isto, os pobres não têm, geralmente, forma de fazerem ouvir as suas preferências quando se tomam decisões relativas a investimentos em infraestruturas.

A melhoria do fornecimento de serviços é essencial para melhorar a vida dos pobres. A experiência por esse mundo fora tem demonstrado a importância do papel das infraestruturas na "função de produção" da melhoria da saúde, da igualdade entre os sexos, da educação e do ambiente --- todos componentes dos Objectivos do Milénio --- e da redução da pobreza em geral.

Na Indonésia, a mortalidade infantil baixou de 91 para 45 por mil entre 1990 e 2001. A prevalência de má nutrição entre as crianças de menos de 5 anos baixou de 35% em 1995 para 25% em 2001. No domínio da igualdade entre os sexos, o rácio de raparigas em relação aos rapazes no sistema escolar melhorou de 90,7% para 97,8% entre 1990 e 2001. A taxa de literacia entre os jovens também melhorou no mesmo período, passando de 95% para 97,9%. Houve também melhorias, ainda que modestas, no acesso a água potável e ao saneamento. No entanto, um crescimento com poucas preocupações ambientais fez as emissões de CO2 aumentarem de 0,9 para 1,2 toneladas per capita a área coberta por floresta diminuiu de 65,2 para 58% do total da área do país entre 1990 e 2001. Se a Indonésia quiser continuar o seu progresso no sentido de alcançar os ODM terá de orientar parte da construção das suas infraestruturas para os pobres.



# O que é... A Contabilidade Nacional

A Contabilidade Nacional (CN) de um país é o modo privilegiado de apresentar as principais grandezas económicas num determinado território nacional, retratando as principais actividades de natureza económica dos seus residentes. Neste sentido é uma técnica que se propõe apresentar, sob uma forma quantificada, o quadro de conjunto da economia de um país. Na medida em que pode ser estabelecida para cada ano, ela permite também acompanhar a evolução no tempo de uma economia nacional.

A CN distingue-se da “macroeconomia” porque enquanto ela fornece as principais medidas da actividade económica de um determinado espaço (um país; uma região), os chamados “agregados macroeconómicos”, a macroeconomia explica o comportamento dos destes agregados. Isto é, a primeira “quantifica” e a segunda “explica”.

Note-se que apesar de ser designada com o termo “contabilidade”, ela nada tem que ver nem com a contabilidade geral utilizada nas empresas nem com a “contabilidade pública” utilizada pelos serviços estatais.

O principal daqueles “agregados macroeconómicos” é, sem dúvida, a produção nacional. Esta é usualmente referida como o **Produto Interno Bruto (PIB)**, o qual representa o valor total da produção de bens e serviços finais produzidos no território nacional durante certo período de tempo, geralmente um ano. A estes “bens e serviços” contabilizados pela Contabilidade Nacional tem de ser dado um determinado valor, o que é mais ou menos fácil de identificar quando esses produtos são objecto de compra/venda no mercado.

Ora, não é este o caso da chamada “produção familiar”, da agricultura (e pecuária) “tradicional”. Como a maior parte dela não passa pelo mercado é difícil a identificação quer da sua quantidade quer do seu preço e por isso esta produção não é, muitas vezes, incluída nas Contas Nacionais.

Em países como Timor-Leste, em que uma grande percentagem da população vive nas zonas rurais e em que a maioria da sua produção é consumida pelas próprias famílias cultivadoras, o facto de ela não ser contabilizada significa uma (grande?) sub-avaliação da produção efectiva.

Há três formas de medir o PIB: a da *produção* propriamente dita, a do *rendimento* e a da *despesa*.

Nesta última, a chamada “óptica da despesa”, os bens e serviços são identificados de acordo com a utilização final (a despesa) que se lhes dá. É assim que é possível distinguir bens de consumo pelas famílias (C), bens de consumo pelo Estado (G), bens de investimento (I).

Numa economia “normal”, em que há relações económicas internacionais, há que juntar a estes bens e serviços os que são exportados (X) e os que são importados para o consumo das famílias, do Estado ou das empresas (investimento). Quanto a estes últimos, se não os “abatemos” aos restantes serão contados apesar de não serem produzidos no nosso país.

Assim, a “despesa nacional” (D) é a soma  $C+I+G+X-M$ , i.e.,  $D=C+I+G+X-M$ . Como se pressupõe que em cada momento a economia está “em equilíbrio” (isto é, toda a produção *disponível* é, de facto, *utilizada* por algum agente económico), teremos que  $Y=D$ , em que Y representa a produção, o PIB, e em que, por isso, teremos  $Y=C+I+G+X-M$ .

Na “óptica do rendimento” o produto é contabilizado não pelo valor dos bens e serviços “medido” quando estes são utilizados --- como na “óptica da despesa” vista acima --- mas sim pelo valor dos rendimentos que se geram na sua produção.

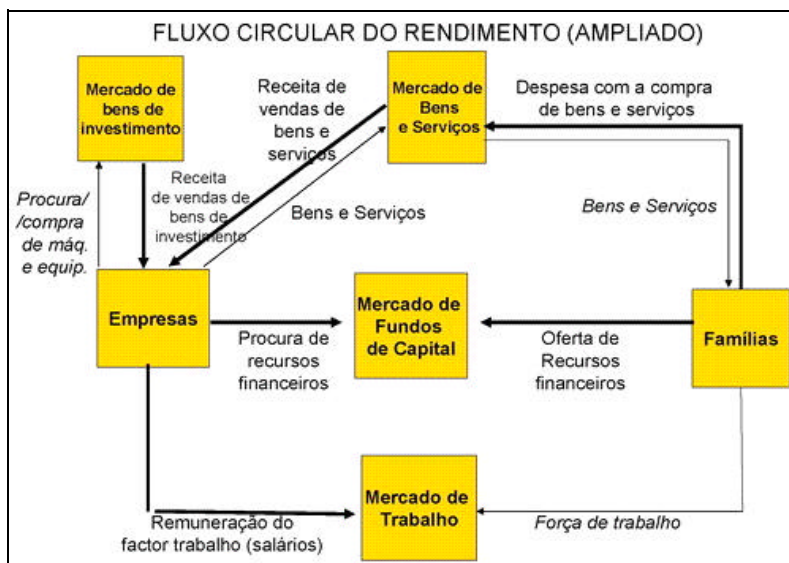
Recordamos que, em geral, o valor de um bem ou serviço é o que resulta da soma dos salários pagos para a sua produção bem como dos rendimentos “capitalistas” (lucros, rendas, juros) que lhe andam associados e a que há que adicionar o valor das matérias primas utilizadas.

Como estas são, elas próprias, bens (ou serviços) para cuja produção são pagos aqueles rendimentos, chegamos à conclusão que no conjunto da economia a produção é igual ao somatório daqueles quatro tipos de rendimentos referidos: os salários e os três rendimentos do capital. Isto é:  $R = R_{\text{trab}} + R_K$  onde  $R_{\text{trab}}$  = salários e  $R_K$  = rendas/alugueres, juros e lucros. Neste caso a identidade básica da Contabilidade Nacional passa a ser  $Y = R_{\text{trab}} + R_K$ .

Por fim, na “óptica do produto” considera-se o valor dos bens e serviços na própria produção. Esta, para evitar a chamada “dupla contagem”, deve ser avaliada pelo valor dos produtos

finais descontados os consumos intermédios necessários para assegurar a produção (por exemplo, quando se produz um lápis o valor dele já inclui o da madeira que foi utilizada mas esta já está contabilizada na produção de madeira; por isso, incluí-la de novo no lápis seria contá-la duas vezes...).

O melhor método a utilizar é, por isso, o da contabilização apenas do “valor acrescentado” em cada fase de produção e que corresponde basicamente ao valor dos salários pagos e da receita líquida de vendas.



Em resumo, a identidade macroeconómica fundamental é a seguinte:  $Y = R = D$  ?  $Y = R_{\text{trab}} + R_K = C+I+G+X-M$

O cálculo do produto é um elemento importantíssimo para o acompanhamento da política económica e para o seu ajustamento às necessidades da evolução da economia nacional de modo a assegurar um crescimento contínuo e equilibrado desta. Infelizmente não há ainda, entre nós, o cálculo sistemático deste agregado macroeconómico fundamental. Ele estará a cargo da Direcção Nacional de Estatística do MPF. O que há, por agora, são estimativas do PIB que se espera que estejam próximas da realidade. Infelizmente nelas não está a incluída a produção familiar, tão importante no nosso país.

# Estatísticas monetárias

milhares de USD	Dezembro 04	Janeiro 05	Fevereiro 05	Março 05
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>186.600</b>	<b>203.404</b>	<b>265.663</b>	<b>283.682</b>
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>240.238</i>	<i>257.576</i>	<i>320.121</i>	<i>338.138</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	195.094	209.485	274.121	296.476
Disponibilidades dos bancos comerciais	45.144	48.091	46.000	41.662
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>53.638</i>	<i>54.172</i>	<i>54.458</i>	<i>54.456</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	12.024	12.024	12.024	12.024
Responsabilidades dos bancos comerciais	41.614	42.148	42.434	42.432
<b>Crédito interno <sup>(2)</sup></b>	<b>-79.690</b>	<b>-92.478</b>	<b>-154.010</b>	<b>-171.220</b>
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0
crédito da ABPTL	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	168.408	182.767	246.384	268.991
na ABPTL	168.408	182.767	246.384	268.991
nos bancos comerciais	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-168.408</i>	<i>-182.767</i>	<i>-246.384</i>	<i>-268.991</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	88.718	90.289	92.374	97.770
crédito da ABPTL	-560	-509	-1.216	-1.682
crédito dos bancos comerciais	89.278	90.798	93.590	99.452
<b>Dinheiro em caixa nos bancos comerciais</b>	<b>6.049</b>	<b>4.955</b>	<b>5.136</b>	<b>5.495</b>
<b>Depósitos (à vista e a prazo)</b>	<b>82.836</b>	<b>87.001</b>	<b>86.308</b>	<b>87.198</b>
<b>Depósitos à vista nos bancos comerciais</b>	<b>49.779</b>	<b>54.596</b>	<b>52.972</b>	<b>52.977</b>
Empresas públicas não financeiras	423	436	502	528
Depósitos de empresas e particulares	49.356	54.160	52.470	52.449
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>33.057</b>	<b>32.405</b>	<b>33.336</b>	<b>34.221</b>
Depósitos da ABPTL	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	33.057	32.405	33.336	34.221
<b>Outros activos líquidos</b>	<b>100</b>	<b>826</b>	<b>768</b>	<b>743</b>
idem, ABP	-877	-770	-872	-808
idem, bancos comerciais	976	1.596	1.640	1.551
<b>Capital e reservas</b>	<b>23.125</b>	<b>23.649</b>	<b>23.970</b>	<b>24.964</b>
<b>Capital realizado e resultados transitados</b>	<b>20.474</b>	<b>23.991</b>	<b>24.007</b>	<b>24.196</b>
idem, da ABPTL	7.727	7.727	7.727	7.727
idem, dos bancos comerciais	12.747	16.264	16.280	16.469
<b>Resultados correntes</b>	<b>2.008</b>	<b>-984</b>	<b>-679</b>	<b>125</b>
Resultados da ABPTL	666	725	800	1.092
Resultados dos bancos comerciais	1.341	-1.709	-1.480	-967
<b>Reserva geral e reservas especiais</b>	<b>643</b>	<b>643</b>	<b>643</b>	<b>643</b>
Reserva da ABPTL	643	643	643	643
Reservas dos bancos comerciais	0	0	0	0

(1) A partir do mês de Agosto/2003, inclusive, as estatísticas monetárias passaram a incluir o Banco Mandiri, passando o sector bancário comercial nacional a ser constituído por quatro instituições (três bancos e a Instituição de Micro-Finanças)

(2) devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário, nulos no caso de Timor Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

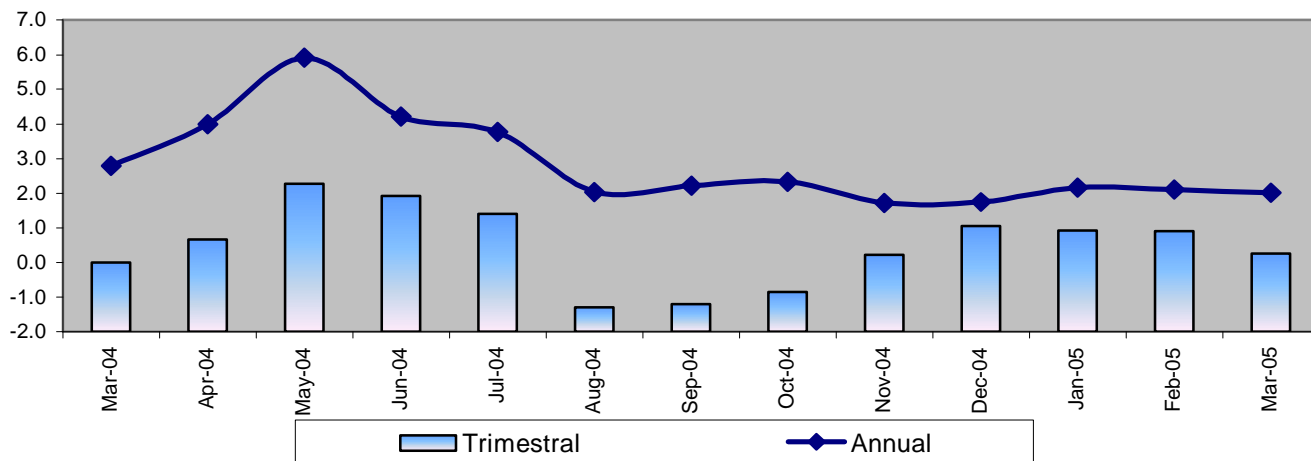
Os activos externos líquidos de Timor Leste aumentaram gradualmente ao longo do tempo. No primeiro trimestre de 2005, passaram de 186,6 (no Dezembro 2004) para 283,7 milhões de USD, ou cerca de 52,0%, devido principalmente por aumento da disponibilidade sobre exterior especificamente da ABP/BPA a cerca de 51,9%.

Crédito interno por outro lado aumentou em défice do 79,6 para 171,3 milhões de USD ou uma subida de 114,8%. Este era em grande parte um resultado do aumento nos depósitos do governo de 168,3 para 269,0 milhões USD ou cerca de 59,7%.

Por sua vez, os depósitos totais na banca aumentaram ligeiramente (5,2%) entre o início do trimestre e o seu final, tendo passado de 82,8 para 87,2 milhões de USD. A Expansão em depósitos, era principalmente devida a 6,4% em depósitos a vista e 3,5% em depósitos a prazo. Esse ligeira aumento não afectou a capacidade de crédito da banca comercial para o sector privado que aumentou 10,2% de 89,3 para 99,4 milhões de USD.

# Evolução dos preços em Dili

## Evolução da Inflação em Dili Março/04 a Março 05



Source: National Statistics Department of Timor Leste

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) continuou a ver diminuído o seu ritmo de variação, como já nos referimos na edição anterior. A variação trimestral do IPC declinou de 1,0% em Dezembro 2004 para 0,3% em Março de 2005. Esse resultado foi influenciado pelo aumento menor observado nos preços dos alimentos, antes responsáveis pelo nível mais alto do IPC, responsáveis por 0,1% da totalidade. Entre os alimentos é de se destacar o aumento de 1% nos preços dos cereais, 0,4% em peixe em conserva, 0,7% em ovos, leite e os seus derivados.

Em bases anuais, a taxa de inflação tem vindo a subir, no mês Março 2005 alcançou 2% comparativamente a 1,8% do mês de Dezembro de 2004 (dados do Distrito de Dili). Isto ficou a dever-se às subidas de 36,6% em serviços de saúde e produtos farmacêuticos e 13,5% em transporte. As subidas dessas rubricas estão, em parte, ligadas à ocorrência do surto de dengue que levou à subida dos preços dos medicamentos e à subida do preço do petróleo que afectou os preços de transporte.

*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste*  
*Banking and Payments Authority of Timor-Leste*

Avenida Bispo Medeiros, PO Box 59, Dili, Timor-Leste

**BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – SITUAÇÃO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE 2005**

BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Em 31 de Março de 2005		3º trimestre terminados em 31 de Março de 2005	
<b>ACTIVOS</b>	<b>US Dollars</b>	<b>PROVEITOS</b>	<b>US Dollars</b>
Caixa e Depósitos	50,260,268	Juros recebidos de activos financeiros	713,414
Investimentos	246,332,124	Transferência orçamental	465,000
Outros activos	1,165,781	Rendimento de títulos de governos estrangeiros	1,492,966
<b>TOTAL do ACTIVO</b>	<b>297,758,173</b>	Taxas e recuperação de custos	225,472
		Outras receitas	216,389
		<b>TOTAL dos PROVEITOS</b>	<b>3,113,240</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>CUSTOS</b>	
Moeda emitida	1,288,178	Despesas financeiras	1,420,700
Depósitos do Governo	269,216,654	Distribuição de moeda	127,632
Depósitos de Instituições Financeiras Nacionais	5,441,026	Despesas com Pessoal	162,215
Depósitos de instituições Financeiras Estrangeiras	12,024,448	Despesas Operacionais	184,204
Outros passivos	326,159	Depreciação	126,567
<b>TOTAL do PASSIVO</b>	<b>288,296,465</b>	<b>TOTAL dos CUSTOS</b>	<b>2,021,318</b>
<b>ACTIVOS LÍQUIDOS</b>	<b>9,461,708</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>1,091,922</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Capital	7,727,188		
Reserva Geral	642,599		
Proveitos Líquidos não Distribuídos	1,091,922		
<b>TOTAL da SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>9,461,708</b>		

As contas sumariadas acima são apresentadas de acordo com a secção 56.2 do Regulamento 2001/30 e foram preparadas com base nos registos financeiros da ABP tal como existentes à data de 31 de Março de 2005. Estas contas não foram auditadas.

*Abraão de Vasconcelos*  
Director Geral

15 de Abril de 2005

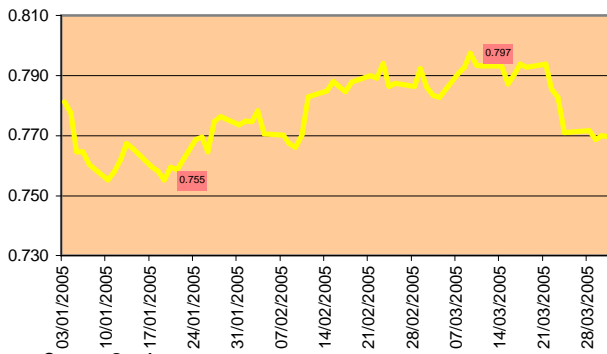
**Estes valores são totais acumulados e não foram auditados.**

# Mercados cambiais

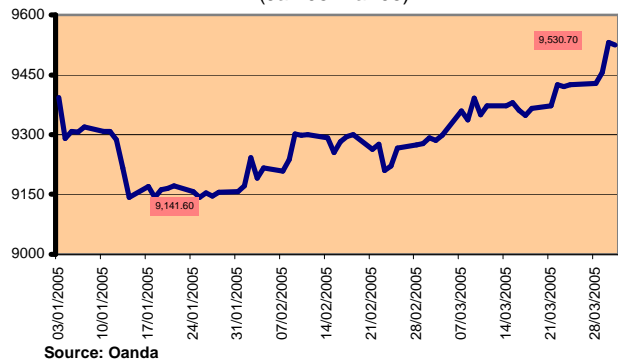
Evolução recente

Nos dois gráficos abaixo, em que se indicam as quantidades da moeda estrangeira respectiva (AUD-Dólar australiano e Euro) que cada unidade de moeda nacional (USD) permite comprar, uma desvalorização do USD é representada por uma subida da respectiva curva. No gráfico da direita, que representa a quantidade de rupias indonésias compradas por cada USD, uma desvalorização do USD é representada por uma descida da curva já que ele permitirá comprar menos rupias.

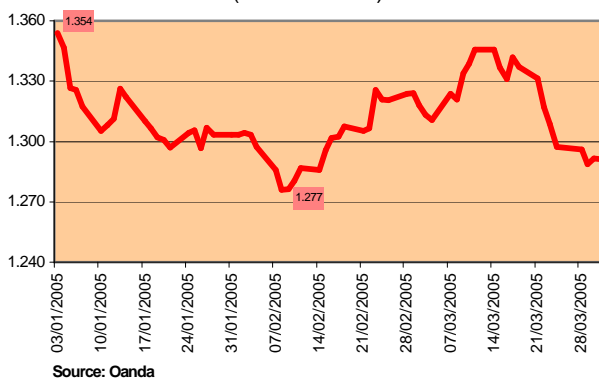
USD por AUD  
(Jan 05- Mar 05)



IDR per USD  
(Jan 05-Mar 05)



USD por Euro  
(Jan 05-Mar 05)



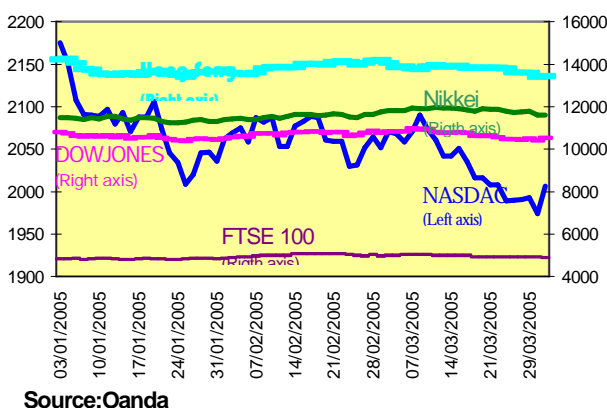
Como se pode verificar pelos gráficos ao lado, o USD desvalorizou-se quase 50% face ao dólar australiano e ao euro durante o ano passado. No primeiro trimestre do ano 2005, na segunda quinzena de Março, o USD valorizou-se em relação tanto ao dólar australiano quanto ao euro. Essa evolução decorre em boa parte da crescente confiança dos agentes económicos em relação ao USD e da elevação da taxa de juros pelo FED, factores esses que afectam a decisão dos investidores de investir em USD.

Em relação à rupia da Indonésia, observou-se relativa estabilidade. No primeiro trimestre de 2005, a rupia desvalorizou-se face USD, mas os agentes económicos têm boa expectativa quanto a apreciação da rupia da Indonésia. A estabilidade da rupia da Indonésia resulta do equilíbrio entre o influxo de capital estrangeiro de curto prazo e o aumento da demanda dos agentes económicos por moeda estrangeira no mercado doméstico. O influxo de capital estrangeiro é influenciado pela expectativa dos agentes económicos da Indonésia quanto à manutenção da depreciação do USD, expectativa essa fortemente relacionada ao défices gêmeos do estados unidos América.

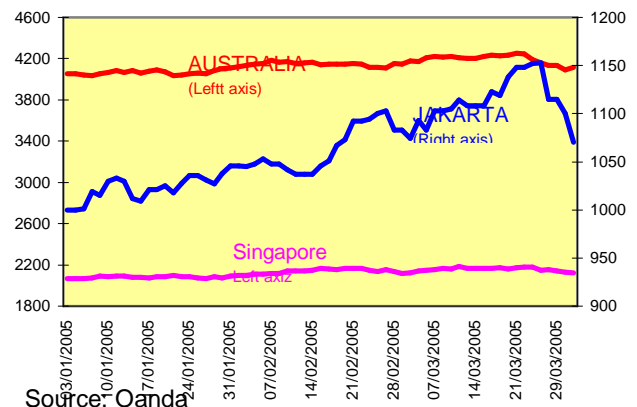
# Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

Evolução dos principais índices  
1º trimestre de 2005



Evolução dos Índices das Bolsas da Ásia  
1º trimestre 2005



# Paredes de vidro

## A ABP e a (re-) introdução dos seguros em Timor-Leste

Hoje, tal como no passado, os seguros desempenham um papel importante na estabilidade financeira e no financiamento do desenvolvimento dos países mais industrializados bem como no dos países em desenvolvimento. Assim sendo, é do interesse do nosso país a introdução desta indústria devido ao papel que ela pode desempenhar no financiamento do nosso processo de desenvolvimento. Interessa, pois, verificar qual o pano de fundo da sua introdução e como é que ela ajuda a desenvolver o ambiente de negócios e a proteger estes, as famílias e os indivíduos no caso de se defrontarem com uma perda importante no seu património (e não só). É o que procuramos fazer neste texto.

A moderna indústria dos seguros começou ainda no século XVI, quando os “descobrimientos” marítimos permitiram desenvolver significativamente a navegação e o comércio mundial com origem, nomeadamente, na Inglaterra. No entanto, muitos navios não chegavam ao seu destino, com grande perda (do navio e das mercadorias por ele transportadas) para os seus proprietários. Este facto fez desenvolver em alguns homens de negócio a ideia de se protegerem contra este tipo de situações (naufrágios, assaltos por piratas, etc) através da transferência para outros, mediante um pagamento em dinheiro, do risco de perda associado ao seu negócio. Assim garantiam que não sofreriam um prejuízo grande se alguma fatalidade impedisse os seus navios de completarem com sucesso as suas viagens.

Estes homens de negócios reuniam-se regularmente num café de Londres cujo proprietário era Alfred Lloyd e os acordos que estabeleceram entre si estiveram na base da indústria de seguros e os seus principais agentes ainda hoje são conhecidos como “Lloyds of London”.

Nascida de necessidades próprias à navegação e ao comércio internacional, esta indústria expandiu-se ao sector da habitação e dos estabelecimentos comerciais na sequência do Grande Incêndio de Londres, em 1666.

No nosso país e antes da Independência, eram companhias indonésias e de outros países asiáticos que forneciam protecção (e compensações) contra os acidentes que envolviam danos em estabelecimentos comerciais, automóveis, saúde, etc. Estas companhias de seguros eram reguladas e supervisionadas por um departamento do Ministério das Finanças da Indonésia e incluíam o seguro automóvel obrigatório.

Quando Timor-Leste alcançou a Independência em Maio de 2002 o novo governo definiu a Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP) como a nova entidade reguladora. Assim a esta foi dada a responsabilidade de estabelecer o quadro legal para a instalação, regulação e supervisão da indústria de seguros entre nós, o qual se baseia em princípios internacionalmente aceites. Esta tarefa da ABP foi cumprida e aguarda-se a aprovação da legislação pelo Parlamento Nacional.

### **O que é um seguro?**

Uma apólice de seguro é um contrato mediante o qual uma pessoa (normalmente uma empresa especializada) aceita, mediante o recebimento de uma certa quantia em dinheiro (o “prémio de seguro”), compensar o outro signatário do contrato ou beneficiário por ele indicado um determinado montante em dinheiro se se verificar um determinado fenómeno de verificação incerta e que, ocorrendo, provocará ao segurado uma perda financeira ou real contra a qual ele deseja proteger-se. Este troca assim o pequeno (?) mas certo custo do seguro pelo recebimento, incerto, de um valor elevado (?) que reduza ou elimine totalmente as perdas a que poderá ter de fazer frente se o referido acontecimento incerto se verificar.

O princípio básico dos seguros é, assim, o de que “os prémios pagos por muitos servem para pagar as perdas sofridas por poucos”.

### **Que tipos de seguros?**

Há muitos tipos diferentes de seguros mas o mais comum é, provavelmente, o responsabilidade perante terceiros no caso de acidentes de viação --- o chamado “seguro contra terceiros”. Este tipo de seguros vai ser obrigatório quando entrar em vigor a Lei de Seguros no nosso país. A partir de então todas as pessoas que possuem e utilizam um veículo a motor (carros, motoretas, motos, etc) serão obrigadas a fazer um seguro deste tipo que lhes dará protecção --- e ao outro sinistrado, não culpado do acidente -- contra os danos de propriedade (os veículos de transporte) e das pessoas (ferimentos, morte) sofridos em acidentes de viação. Este é um tipo de seguros obrigatório em todo o mundo e será anual e renovável todos os anos, devendo todos os condutores ter um seguro válido --- isto é, em vigor e devidamente pago.

Este é um exemplo de um dos dois tipos principais de seguros tal como definidos na Lei dos Seguros: os seguros gerais e os seguros de vida. As principais diferenças entre ambas as classes de seguros são o facto de a primeira se aplicar principalmente a objectos (embora também a pessoas) e ser de curto prazo (normalmente 1 ano) enquanto que a segunda ser aplicável essencialmente a pessoas e ser de longo prazo (no mínimo 5 anos).

Os primeiros cobrem riscos da propriedade, de pessoas (p.ex., acidentes pessoais com assistência hospitalar essencialmente de curta duração) e de negócios. Os seguros de vida visam providenciar benefícios a pessoas numa perspectiva de (muito) longo prazo como são, por exemplo, os seguros de assistência em caso de problemas de saúde, de morte ou invalidez mais ou menos permanente. Podem incluir também uma componente de poupança para o caso de morte, invalidez permanente ou para complemento de reforma após a vida de trabalho do segurado. Esta perspectiva de longo prazo dos seguros de vida levanta problemas específicos à gestão das companhias de seguros. A política de investimentos destas tem de reflectir este aspecto e a supervisão de seguros tem de estar particularmente atenta a isto.

### **A regulação e a supervisão são muito importantes**

Pelo facto de as empresas de seguros lidarem com verbas muito importantes e que resultam de poupanças --- forçadas, no caso dos seguros obrigatórios, voluntárias, nos outros casos --- dos cidadãos, a boa regulação e a supervisão da sua actividade são fundamentais já, para além dos benefícios do público em geral estão em causa também benefícios para o país através dos investimentos a efectuar pelas empresas e que poderão beneficiar o desenvolvimento económico de Timor-Leste, contribuindo para o seu financiamento.

A Divisão de Supervisão de Seguros da ABP foi criada para assegurar o bom funcionamento desta indústria estabelecendo regras prudentes para o seu funcionamento em Timor-Leste e assegurar, assim, a credibilidade da mesma e a defesa dos interesses de todos os intervenientes. Estes vão das próprias companhias de seguros até aos segurados que pagam os seus prémios de seguros e querem ter a certeza de que, se e quando necessário, serão devidamente compensados pela perda contra a qual se seguraram se esta vier, de facto, a ocorrer ou quando chegar a idade de recolherem os benefícios seus seguros de vida.

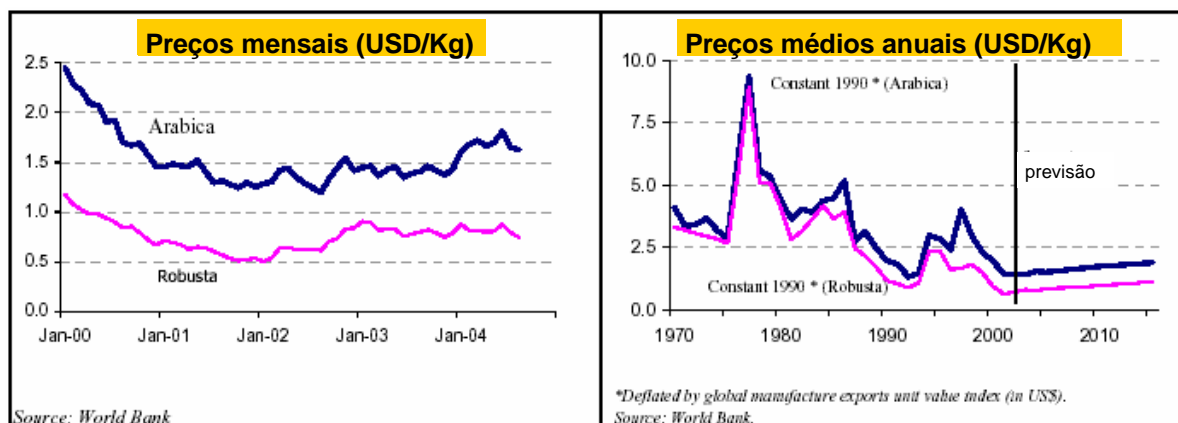
A entidade reguladora e de supervisão de seguros deve, pois e uma vez concedida a uma empresa de seguros a licença para desenvolver a sua actividade em Timor-Leste, assegurar-se que esta, durante o seu funcionamento, actua em conformidade com os regulamentos em vigor e que visam assegurar o funcionamento de um mercado sólido e “seguro” de seguros.

# Ainda sobre o mercado internacional do café

O Banco Mundial, através do seu "site" sobre as *Perspectivas para a Economia Mundial (Prospects for the Global Economy)*, <http://globaloutlook.worldbank.org/globaloutlook/outside/index.aspx>, refere as perspectivas de evolução de várias mercadorias transaccionadas no mercado internacional, as conhecidas "commodities". Uma delas é o café e o Banco apresenta na página respectiva as suas perspectivas sobre a evolução futura deste mercado, particularmente quanto aos preços.

Por exemplo, aí se prevê que depois de uma ligeira subida em 2004, haja em 2005 uma ligeira descida do seu preço médio para USD 1,59 por kilo. O café robusta, por sua vez, deverá aumentar significativamente em 2005 depois de em 2004 ter atingido um preço médio de USD 0,84 por kilo, cerca de metade do preço do arábica. Esta subida (temporária?) deve-se às perspectivas de uma fraca colheita (-40%) no Vietname devido à seca que atingiu algumas das principais regiões produtoras.

Esta evolução deve-se em parte à recuperação da produção no Brasil (o maior produtor e exportador mundial) verificada entre as campanhas de 2003/4 e 2004/05. Considerando que a procura mundial está a crescer muito lentamente (2% por ano), as perspectivas são para um crescimento muito lento do preço de ambos os tipos de café durante os próximos 20 anos, situando-se sempre abaixo do verificado no último "pico" de preços, durante a segunda metade dos anos 90.



	2002/03	2003/04	2004/05
<b>Produção</b> (mil sacos de 60Kgs)			
Brasil	51.600	32.000	42.400 (36%)
Vietname	11.167	12.166	12.000 (10%)
Colômbia	11.712	11.300	11.600 (10%)
Indonésia	6.140	6.000	5.750 (5%)
Índia	5.010	4.334	4.835 (4%)
<b>MUNDO</b>	<b>123.900</b>	<b>106.858</b>	<b>117.680 (100%)</b>
<b>Exportação</b> (mil sacos de 60Kgs)			
Brasil	29.396	23.860	26.900 (30%)
Vietname	11.176	11.666	11.500 (13%)
Colômbia	10.478	10.340	10.390 (12%)
Indonésia	4.801	4.045	4.050 (5%)
Índia	3.553	3.251	3.680 (4%)
<b>MUNDO</b>	<b>91.418</b>	<b>85.555</b>	<b>90.093 (100%)</b>

Fonte: Banco Mundial

Ainda relativamente ao mercado internacional do café e sua evolução no passado, vale a pena referir outra publicação recente do Banco Mundial e algumas considerações que nela são feitas. Trata-se de [Global Agricultural Trade and Developing Countries 2005](#). Aí encontramos um relato interessante sobre tal evolução.

Este foi radicalmente transformado pelo aparecimento do Vietname como importante produtor e exportador (ver quadro acima) na sequência das reformas económicas iniciadas no país no início da década de 90 ("Doi Moi"), um pouco à imagem e semelhança do que tinha acontecido na China 10 anos antes. Estas reformas (nomeadamente o acesso à propriedade privada da terra) foram um incentivo poderoso para os agricultores se dedicarem a esta (nova) cultura

incentivados pelo Estado e, indirectamente, pela então União Soviética e os estados da Europa Oriental. Estes viram nesta evolução a possibilidade de comprarem café sem gastarem as (escassas) divisas fortes (USD, etc) de que dispunham. A autêntica "revolução" que se deu na produção caféira no país fez com que esta passasse dos cerca de 80 mil sacos em 1980 para os 15 milhões em 2000. A produção de uma das principais províncias produtoras de café, Dak Lak, passou de 29 mil tons em 1990 para 370 mil em 2000. Este "salto" enorme na produção do Vietname foi facilitado pelo facto de o país não pertencer à Organização Internacional do Café e não estar, por isso, sujeito às quotas de produção que esta impõe. O aumento da produção no Vietname foi uma das razões principais para a queda do preço do café desde os "picos" de 1994 (robusta) e de 1997 (arábica) até à actualidade.

Informações importantes ainda nesta publicação são as relativas ao consumo total e *per capita* desta bebida tropical. Naquele, os principais países são os EUA (18% do total), o Brasil (10%), a Alemanha (9%) e o Japão (6%). Quanto ao consumo per capita, são os países escandinavos os mais importantes (10 kgs/ano), seguidos da Alemanha (8) e a França, Itália e Espanha com cerca de 5,5 kgs. Outra referência é a de que eventuais aumentos da procura de café devem verificar-se principalmente nos dois "topos" da produção: o de mais baixa qualidade — utilizado na crescente produção de café solúvel — e nos "nichos" de mercado de cafés de alta qualidade. À atenção dos produtores timorenses e, porque não, dos serviços do Estado de apoio à produção...

# Perspectivas para a economia mundial:

120

## o duplo défice americano e a evolução do dólar

A boa situação económica verificada em 2004 permitiu a um grupo apreciável de países melhorar as suas contas externas, com aumento do saldo das suas Balanças de Transacções Correntes. Isto ficou a dever-se quer a um valor significativo de exportações quer a entradas de capitais para o financiamento da actividade económica.

Estão neste caso, particularmente, os países da Ásia Oriental e os do Médio Oriente e Norte de África, estes devido principalmente às suas acrescidas receitas do petróleo. A Ásia Oriental e do Pacífico, por exemplo, teve um saldo global positivo correspondente a 1,5% do seu produto interno bruto (PIB), que contrasta com os -0,8% dos países de alto rendimento. Os países do Médio Oriente e Norte de África atingiram os 14,4%.

Esta evolução positiva de muitos países permitiu-lhes alcançar uma situação em que, mesmo que haja agora --- como se espera que venha a verificar-se --- uma pequena degradação das condições económicas, ela não será suficiente para pôr em risco o financiamento das economias superavitárias.

Esta evolução favorável das receitas externas fez com que os países em desenvolvimento tivessem passado a ser uma fonte importante do capital internacional. Um indicador deste facto é o de que desde o ano 2000 os bancos centrais de vários destes países, particularmente da Ásia Oriental, aumentaram significativamente (cerca de 80%) as suas reservas cambiais. Por exemplo, seis dos países em desenvolvimento com maiores reservas (Brasil, China, Índia, México, Tailândia e Turquia) detêm hoje quase metade (45%) das reservas acumuladas por este tipo de países.

Estes e outros do mesmo grupo são os responsáveis pelo financiamento de uma parte importante do crescente défice corrente dos Estados Unidos, o qual representa já mais de 5% do (enorme) produto interno do país. Entre Março de 2000 e Janeiro de 2003 estes países absorveram cerca de 51% do aumento global dos títulos de Tesouro americanos.

Em resultado desta política deliberada de aquisição de USD, 70% das reservas cambiais do México são hoje denominadas em dólares, sendo a percentagem da China de 58%. O perigo nesta situação é a de estes (e outros) países decidirem que já têm um volume mais do que suficiente de moeda americana e comecem a comprar menos quantidade de títulos do Tesouro americano e outros títulos em USD, baixando as suas compras de USD no futuro. A Coreia, por exemplo, já fez saber que vai proceder a um rebalanceamento da estrutura das suas reservas cambiais, baixando o ritmo de compra de dólares ou de títulos nesta moeda. Outros observadores prevêem que a China possa seguir o mesmo caminho e preferir, por exemplo, comprar e acumular petróleo --- cada vez mais caro e de que ela tem enorme necessidade --- em vez de dólares.

Ora, se tal acontecer, o resultado será a queda da procura da moeda americana e, conseqüentemente, pressões para a baixa (ainda maior) da sua cotação face a outras moedas importantes, como o Euro, o iéne ou o dólar australiano. A única forma de contrabalançar esta tendência será aumentar as taxas de juro pagas aos detentores de USD --- o que já está acontecendo desde há alguns meses por iniciativa do "Banco Central" americano --- de modo a "segurar" alguns compradores e incentivar outros, particularmente os agentes económicos privados, a comprar mais USD.

A política monetária tem por objectivo a estabilidade de preços. Caso a depreciação se traduza em maior inflação, o banco central norte americano poderá dar continuidade a sua política de elevação das taxas de juros, o que teria impacto negativo sobre o nível de atividade económica e positivo sobre o fluxo de capitais destinado ao financiamento do balanço de pagamentos.

Note-se que a subida das taxas de juro acabarão por ter efeitos negativos em muitos países em desenvolvimento, principalmente os que têm maior dívida externa já que os encargos com esta --- os juros --- tenderão a aumentar. Associado ao aumento dos preços do petróleo e a uma continuada queda dos preços da maioria das matérias primas --- de que estes países são exportadores ---, esta evolução mostrar-se-á muito gravosa para as economias de muitos países em desenvolvimento agravando ainda mais a sua já frágil situação.

Estimativas prevêem que uma subida de 2 pontos percentuais da taxa de juro (por exemplo de 2,5% para 4,5%) poderá traduzir-se numa queda de 0,5% da taxa de crescimento do PIB mundial, sendo o efeito maior nos países em desenvolvimento.

Baseado em World Bank *Global Economic Prospects: Trade, Regionalism, and Development*, World Bank, 2005 (pgs 35 e seguintes).

O presente texto segue de perto parte daquele em que se baseia.

Esta publicação é preparada pela Divisão de Estudos Económicos e Estatísticas da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste  
Av.ª Bispo Medeiros (junto ACAIT) CxPostal 59 Dili Timor-Leste Tel: ++.670. 33 13 718 Fax: [...] 33 13 716

As opiniões aqui expressas não deverão ser consideradas como correspondendo a uma posição oficial da ABPTL. Esta rejeita qualquer responsabilidade sobre os resultados do uso, comercial ou outro, das informações e opiniões aqui publicadas, as quais foram elaboradas de acordo com o nível actual dos conhecimentos existentes sobre os vários assuntos.